

OS MINISTÉRIOS NO PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO

The Ministries in the Pontificate of Pope Francis

Alzirinha Souza *

Introdução

Este texto serviu de base para a conferência *Os ministérios no pontificado do papa Francisco*, que ocorreu em 6 de outubro de 2023, durante o simpósio teológico *Os dez anos do pontificado do papa Francisco*. Tal evento foi realizado junto ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI).

O tema que nos reúne hoje é desafiador em dois sentidos. Primeiramente, pela ausência, na maioria das vezes, de uma compreensão histórica sobre a categoria dos ministérios. Isso nos impede de superar o segundo desafio, que é ressignificá-los ao longo dos tempos históricos.

Por essa razão, escolhi realizar esta conferência em dois momentos. Em primeiro lugar, resgatar os elementos principais da historicidade dos ministérios, que são invariavelmente retomados pelo papa Francisco, para em seguida verificar quais deles o sumo pontífice vem destacando para esse tema, à luz da eclesiologia conciliar centrada na chave do Povo de Deus.

* SOUZA, A. Leiga, graduada em teologia pela PUC-SP, mestre em teologia pela *Universidad San Dámaso* (Madri, Espanha), doutora em teologia pela *Université catholique de Louvain* (Bélgica) e pós-doutora em ciências da religião pela Universidade Católica de Pernambuco. Membro da Sociedade Internacional de Teologia Prática e líder do Grupo de Pesquisa José Comblin (PUC-SP). Atualmente, é pesquisadora e professora no Programa de Mestrado e Graduação da PUC-Minas e da graduação do ITESP – SP. Também é coordenadora do Observatório Eclesial Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4512-8847>.

2. A razão de ser da Igreja: anunciar Jesus e formar discípulos

Um primeiro elemento-chave para a compreensão dos ministérios, ministros e funções na Igreja, é perceber algo essencial: acima dos “poderes” que cada um pensa ter de acordo com seus lugares eclesiais, o mais importante é perceber que cada um é antes de tudo subordinado à natureza e à missão mesma da Igreja. É dessa forma que vamos fazer nossa abordagem.

Por isso, é importante compreender que o cristianismo faz parte das religiões *fundadas*. À diferença das religiões, da família, da tribo e da cidade (que são dimensões religiosas das comunidades humanas, garantidas por seus ritos e por seu vínculo social), as religiões fundadas, em um momento da história, nascem de um personagem e da mensagem de um fundador que não vêm na ordem estabelecida, mas antes introduzem uma nova visão da humanidade no mundo e das relações humanas, assim como uma nova maneira de viver, fundando assim uma comunidade nova.

No cristianismo, essa novidade toma a forma de uma Igreja estruturada fortemente com seu corpo doutrinal, seus sacramentos, seus costumes, suas reuniões e seus chefes. Essa Igreja se organiza através da tomada de um vocabulário e dos modos de organização de outros grupos: família, povo, nação etc. Por isso, a pertença a essa Igreja não impede a pertença a essas instituições e a outros modos de organização, comumente chamados de “seculares” ou mundanos por serem finalmente uma antecipação representativa da Igreja, que será a humanidade reunida em torno do Reino de Deus (VIDAL, 2008).

O que nos distingue, em última instância, é que o cristianismo nos reenvia evidentemente ao Cristo. A fé cuja profissão e cuja doutrina constituem a Igreja, reconhece “o Senhor Jesus Cristo como Deus e salvador segundo as escrituras” (VIDAL, 2008, p. 133), tal como nos indica a forma doutrinal do Conselho Ecumênico das Igrejas. É através dos textos bíblicos que se percebe que os dirigentes

da Igreja se movimentam e agem em nome de Cristo, sendo Ele considerado mestre e pastor. A Igreja (comunidade de seguidores de Jesus) aparece então como a Igreja de Jesus Cristo, nascida da experiência da ressurreição, que reúne os apóstolos enviados ao mundo para proclamar seu Evangelho a todas as nações e formar discípulos (Mt 28,16-20).

Faz-se necessário observar que é Jesus Cristo ressuscitado que funda a Igreja. Pela fé cristã, a primeira comunidade dessa religião constituída após a Páscoa se reúne em torno do ressuscitado (At 1). Antes da Páscoa, esses discípulos não eram a Igreja propriamente compreendida como *seguidores do ressuscitado*. Observemos que a palavra *igreja*, abundante nos escritos paulinos de Atos, se encontrará somente em duas passagens. “Tu és Pedro (*képha* = rocha) e sobre essa rocha erguerás a minha Igreja”, mas quando seria isso? A resposta se dá no vínculo entre essa única referência de Igreja e o primeiro anúncio da Paixão, em que o mesmo Pedro (= rocha) não quer nem ouvir falar nos sofrimentos pelos quais Jesus revela que passará (Mt, 16-21-23). No entanto, é pela confissão de fé do Pedro da Igreja pascal — “És tu o Cristo, o Filho do Deus vivo” — que a Igreja se constitui (VIDAL, 2008, p. 134).

É interessante perceber que não somente a palavra Igreja mas também a própria Igreja estão ausentes nos Evangelhos do Novo Testamento. O que aí consta são os Evangelhos que dizem o que disse e fez Jesus e garantem a formação de novos discípulos. Nada de sacramentos, a não ser a partilha do pão, a instituição da Eucaristia. Nada de comunidade organizada, mas crentes disseminados, alguns dos quais são chamados a seguir Jesus, que escolhe o grupo simbólico dos doze. Isso significa que Deus enfim deu início à reunião das doze tribos. Nada de missão junto aos pagãos, mas somente junto às “ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 10,5-6). E, claramente, nada de credo cristão nem de cristão antes da morte e ressurreição de Jesus. Ao contrário, é justamente esse o acontecimento decisivo que a Igreja celebra de maneira litúrgica como o *Mistério Pascal*, que funda a Igreja e distingue então o tempo de Jesus e o tempo da Igreja (VIDAL,

2008) É através dessa ruptura entre o Jesus histórico e o pós-pascal que a continuidade de sua mensagem é assegurada e que o “acontecimento Jesus continua” (VIDAL, 2008, p. 136), pois ele mesmo a retoma em suas mãos e a confia a seus discípulos com a insistência do Espírito Santo. Nasce uma nova forma de trabalhar em conjunto, e cada um se torna cooperador da missão (Mt 28,18-20; Mc 16,20).

Logo, é tendo esse panorama bíblico como pano de fundo que damos um passo a mais para pensar as funções, os ministérios e os ministros da Igreja.

3. Funções, ministérios e ministros da Igreja

Nas religiões *fundadas*, a organização interna ganha uma importância nova, uma vez que não somente se trata de um culto conservador, mas também de uma mensagem inovadora que deve ser transmitida e traduzida de forma autêntica nas dimensões teóricas e práticas (VIDAL, 200). No cristianismo, esse fenômeno toma contornos mais destacados. Desde antes do século III, constitui-se um corpo de ministros que guardaram para si o nome de “clero” — do grego *klèros*, que significa a sorte de serem evocados como Povo de Deus, o povo santificado (At 26,18; Cl 1,12). A Primeira Epístola de Pedro chama a atenção dos presbíteros (anciãos) contra a tentação de “fazer pesar sua autoridade” sobre os *klèroi*, cuja responsabilidade lhes é atribuída (1Pd 5,3).

Contudo, é a partir do século III que o *clero* cristão se constitui como um corpo de ministros que reterão para si o nome de *clero* ou *clérigos*. Esse grupo se distingue de outros cristãos, os *leigos*, antes que essa palavra (primeiro como substantivo e depois como adjetivo) viesse caracterizar aqueles/as que permanecem no mundo. Ainda que *leigos* venha de *laos* (povo), a palavra em questão jamais designou todos os membros do povo, mas somente os comuns, os administrados. Aplicada às coisas, ela qualificava o que era profano, não sagrado. Mais raramente, antes que os cristãos a retomassem, ela serviu para

distinguir a maioria dos cristãos dos clérigos e monges. Esse ainda é o sentido de LG,31.

Entretanto, o foco aqui é na recuperação da diferença entre clérigos e leigos. O Código de Direito Canônico (CDC, 1983 – 207) afirmará que “na Igreja entre os fiéis, haverá os ministros sagrados, chamados clero, e os outros que são chamados leigos”, embora, no artigo 204, afirme que todos os fiéis, “segundo a própria condição, são chamados a exercer a missão que Deus confiou à Igreja para esta realizar no mundo”.

Ora, como então compreender que esse caráter *clerical* não é próprio do cristianismo? Em sua raiz mesma, a Igreja pretende ser não somente uma religião ou um lugar de culto, mas é chamada a ser o que foi desde seu início com a formação em Israel, isto é, Povo de Deus, chegando até nós — que também somos Povo de Deus e caminhamos na história à luz da pessoa de Jesus. Nós não somos só o credo, a doutrina, as fórmulas; somos, antes, aqueles/as que se reúnem a partir da experiência feita com o ressuscitado e caminham comunitariamente na história. Mais do que professar o credo dogmaticamente formulado e as celebrações liturgicamente realizadas, somos os que vivem **com**, isto é, **convivemos** com a pessoa de Jesus na história. É essa novidade que faz dos cristãos aquilo que Jesus prometeu: “sal da terra” e “luz do mundo” (Mt 5,13-14).

4. O Vaticano II: as funções dos ministérios e dos ministros

Uma das riquezas do Vaticano II foi precisamente favorecer não apenas a participação “consciente” e “ativa” dos militantes e dos cristãos da Igreja, mas criar um espaço onde coubessem “todos os batizados que se engajam na vida eclesial” (VIDAL, 2008, cap. III). Ao serviço desse objetivo, o Concílio busca definir em novos termos o sentido e os papéis dos ministros ordenados. Entre eles, renovou para a Igreja Latina o diaconato permanente como um ministério específico, que, ao romper com uma tradição de seis séculos, pudesse ser confiado a homens casados. Também abriu grandes possibilidades de colaboração informal e institucional entre clérigos e leigos que o

Código de 1983 explicitou de forma mais clara. Infelizmente, essa reforma foi complicada e, ao ser posta em prática, contrariada por diversas Igrejas do Ocidente e pelo progresso da secularização das instituições, da cultura, das mentalidades e dos costumes que se desenvolveram sobretudo na Europa depois do século XVII. A emancipação moderna do indivíduo fragilizou muito a instituição eclesial em seus três componentes: doutrinal, sacramental e ministerial. Os bispos tentaram mudar esses caminhos como podiam, buscando distribuir entre clérigos e leigos os trabalhos ou ofícios necessários para a Igreja, modelando a presença na vida da Igreja de forma que se cobrisse todo o território e, sobretudo, estimulando e coordenando iniciativas de uma evangelização realmente nova, ou seja, a partir e em vista do essencial do Evangelho de Jesus Cristo (VIDAL, 2008). Como cita a LG, 31:

Os fiéis do Cristo são aqueles que, incorporados ao Cristo pelo Batismo, são constituídos como Povo de Deus e por essa razão feitos participantes, à sua maneira, da função sacerdotal, profética e real do Cristo, sendo chamados a exercer, cada um segundo sua condição própria, a missão que Deus confiou à Igreja para que ela se realize no mundo.

5. Ministérios e o papa Francisco

Embora o Vaticano II não tenha desenvolvido sistematicamente uma teologia dos ministérios não ordenados, a ênfase dada à primazia do Batismo e à dimensão eclesial e comunitária de todos os ministérios alternou profundamente sua compreensão. (PEREIRA; SOUZA, 2023, p. 225).

A abertura dada à compreensão dos ministérios foi um passo para o avanço da abertura aos ministérios. Para explicar a complexidade do tema, teólogos(as) lançaram mão das seguintes formas geométricas: 1) pirâmide; 2) pirâmide invertida e, por último, 3) poliedro, no dizer do papa Francisco. É por esse caminho que vamos chegar ao nosso tema central: ministérios e papa Francisco.

a. *Concílio Vaticano II e a imagem da pirâmide*

Yves Congar (1973), em sua obra *Ministério e comunhão eclesial*, define a eclesiologia do Concílio Vaticano II como *eclesiologia hierarcológica*, isto é uma eclesiologia que valorizava o aspecto institucional, visível, piramidal e hierárquico da Igreja (CONGAR, 1973). Ainda segundo teólogo francês, essa seria “uma concepção inteiramente piramidal da Igreja como uma massa totalmente determinada por seu ápice [...] (CONGAR, 1997, p. 282). O desenho de uma pirâmide, em cujo ponto mais alto estaria o *Pontifex Maximus*, anteriormente atribuído ao imperador romano, fora herdado pelo papa católico. Este tem seu poder estendido sobre a “república cristã”. Trata-se da forma que foi se consolidando ao longo do tempo (ALMEIDA, 1988).

Na esteira da Reforma Luterana (1483-1546), a chamada Contrarreforma Católica, declaradamente no Concílio de Trento (1545-1563), reforça e reafirma a instituição divina da hierarquia e dos ministérios ordenados, constituindo uma Igreja mais romanizada, mais disciplinada e clerical, suportada pela ideia da Igreja como uma “sociedade perfeita” que levou à proclamação da “infalibilidade papal”. De fato, era um poder hierárquico com o qual o papa atua dentro da soberania absoluta. Na Contrarreforma, a postura eclesial e apologética prevalece em detrimento da missão e dos ministérios do laicato (PEREIRA; SOUZA, 2023). De acordo com esse modelo, afirma Almeida (1988, p. 312), “a Igreja é centralizada no papa e na Cúria: os bispos são mais vigários do papa que pastores autóctones das Igrejas locais; os leigos são mais objetos passivos da iniciativa concentrada no vértice que sujeitos ativos da dinâmica eclesial”.

b. *Concílio Vaticano II: a pirâmide se inverte?*

Alguns autores afirmam que somente no Concílio Vaticano II nasce a possibilidade da pirâmide invertida. Essa é uma questão que até hoje pode ser debatida com força.

Na Constituição dogmática *Lumen Gentium*, podem ser identificados elementos de uma mudança eclesiológica, assumindo-se uma nova forma de compreensão da Igreja: como mistério que trata do Mistério (LG, 1), originando-se na Trindade para fazer com que o Reino de Deus de faça presente na história e Povo de Deus (LG, 4), os fundamentos dessa verdade e suas consequências para nossa vida cristã na dimensão eclesial são desenvolvidos sob essa ótica nos capítulos seguintes (constituição hierárquica do serviço, do laicato, da vocação universal para a santidade, dos religiosos/as, bem como os dois últimos capítulos sobre o destino último da humanidade junto a Deus e sobre Maria), contrapondo-se frontalmente a ideia de uma hierarquia que se colocava acima de todos os demais fiéis. Segundo João Batista Libânio, tal organização não tratava de “algo puramente racional, mas teológico-simbólico. Primeiro o Povo e Deus, que se constitui pelo batismo, primeiro o sacerdócio comum dos fiéis, também ele fundado pelo batismo. A seu serviço está a hierarquia. Está jogada a grande cartada eclesiológica” (LIBÂNIO, 2004, p. 8). Essa nova visão da *Lumen Gentium* trouxe o fim (ao menos teórico) do modelo de Igreja piramidal, que dividia a Igreja em dois níveis: no topo o clero — *Ecclesia docens* — e abaixo o laicato — *Ecclesia discens*.

É importante destacar mais três elementos da *Lumen Gentium*:

1. A nova visão da pirâmide invertida, em que o papa e os bispos são servos e estão colocados na base da pirâmide. Passam-se a afirmar a hierarquia e seus carismas (e não poderes), que, embora derivados de Deus e não do povo, estão todos a serviço do Povo de Deus (*plebs Dei*) (SCHIMIDT, 2021, n.p.).
2. Com a imagem do Povo de Deus, o ponto de partida tornou-se a igualdade fundamental de todos os cristãos. Não se exclui, é claro, a hierarquia, ainda mais que ela faz parte do Povo de Deus, mas ela não é a única responsável pela Igreja. Os responsáveis são todos os agentes eclesiais.

3. O sacerdócio comum dos fiéis (LG, 10) como centro de seu ensinamento sobre Povo de Deus, no qual o laicato é novamente entendido como central na vida da Igreja, algo rejeitado no modelo anterior.

c. *O papa Francisco — nenhuma forma de pirâmide, mas sim um poliedro de particularidades*

O papa Francisco é o que podemos dizer de um *nativo conciliar*. Ainda que tenha realizado seus estudos no período pré-conciliar, também o fez em meio às mudanças teológicas que suportaram o Concílio Vaticano II. Quatro anos e cinco dias após a cerimônia de encerramento do evento conciliar, sua ordenação se constituiu no pano de fundo de sua prática sacerdotal. De outro modo, “somente um evento como o Concílio Vaticano II tornou possível um papa como Francisco” (PEREIRA; SOUZA, 2023, p. 236).

Para Francisco, “nesta Igreja, como uma pirâmide invertida, o vértice encontra-se abaixo da base. Por isso, aqueles que exercem a autoridade se chamam ‘ministros’ porque, segundo o significado original da palavra, são os menores no meio de todos” (FRANCISCO, 2015, n.p.). E essa pirâmide não poder ter outra compreensão senão a de colocar-se a serviço: “Para os discípulos de Jesus, ontem, hoje e sempre, a única autoridade é a autoridade do serviço, o único poder é o poder da cruz” (FRANCISCO, 2015, n.p.).

O poliedro é uma figura interessante. Na origem da palavra grega, encontra-se o prefixo *polis* (muitos) e *hedron* (face), o que significa muitas faces. É uma figura sólida e tridimensional com múltiplas faces planas. Segundo Martinez (2023, n.p.) “este modelo busca unir todas as partes sem perder o particular e original de cada membro”¹, isto é, o papa expressa em *Evangelii Gaudium*, retomando a imagem do poliedro no contexto do binômio “o todo é superior à

¹ MARTINEZ, S. *Poliedro, a figura modelo de Francisco*. Disponível em: <https://arquidiocessalvador.org.br/poliedro-a-figura-modelo-de-francisco>. Acesso em: 29 set. 2023.

parte” (EG, 235). Em outras palavras, a figura do poliedro expressa para Francisco um verdadeiro conjunto de serviços com personalidade própria que trabalham em colaboração mútua. Da mesma forma, em *Christus vivit*, expressa: “aprendendo uns com os outros, poderemos ser reflexos melhores desse poliedro maravilhoso que deve ser a Igreja de Jesus Cristo” (CV, 207).

Por esse caminho, queremos chegar ao que Francisco compreende como essencial para os ministérios ou ser ministro na Igreja. A imagem do poliedro tem para o papa um aspecto de política global de **como** sermos Igreja: com a diversidade de agentes eclesiais certamente, mas preservando a comunhão. Essa diversidade não supõe homologação ou eliminação da alteridade. Todas as partes são distintas. De fato, no poliedro, quanto mais os rostos aumentam, mais a figura se torna complexa, porém sempre permanecendo uma.

Essa é para o papa a melhor forma de descrever uma Igreja *toda ministerial*, e não qualquer forma de pirâmide. O poliedro representa finalmente uma Igreja na qual os diferentes ministérios coexistem, complementando-se, enriquecendo-se e iluminando-se reciprocamente, mesmo em meio às diferenças de funções de cada um. A realidade ministerial da Igreja é complexa: em vez de simples binômio hierarquia-laicato, de cima para baixo ou de baixo para cima, há que considerar as diferenças dos dons, carismas e ministérios, surgindo daí o poliedro, sem se preocupar com a posição de cada um. Nesse sentido, Francisco considera que a Igreja cresce mediante a riqueza de suas diferenças; entretanto, “todos os ministérios possuem igual importância, mesmo não sendo de igual natureza” (PEREIRA; SOUZA, 2023, p. 241).

Outro elemento interessante de perceber é que a imagem do poliedro não visa criar circularidade ou imagem esférica em oposição à forma da pirâmide: não se propõe uma eclesiologia de oposição. Ao contrário, essa referência do poliedro é de sinergia de forças, e não necessariamente de referência quase circular. Em resumo, para o papa Francisco, “o modelo não é a esfera, pois não é superior às partes, e

nela cada ponto é equidistante do centro, não havendo diferenças entre um ponto e outro. [...] o modelo do poliedro reflete a confluência de todas as partes que nele mantêm a sua originalidade. Tanto a ação pastoral como a ação política procuram reunir nesse poliedro o melhor de cada um”² (FRANCISCO, 2023, n.p.).

A Igreja representada no poliedro não descarta ninguém e reflete a diversidade ministerial. Todos os ministérios são importantes em igual valor, ordenados ou não. Não há topo, base, inferior ou superior. Há igual importância de todos/as os/as que constituem a comunidade eclesial. No dizer de Martinez (2021, n.p.), “essa figura não é uma utopia, senão, uma realidade que pode ser edificada a longo prazo e com o esforço de todas as partes”, tal como nos lembra a própria LG, 4: “a edificação da Igreja se dá pela sinergia da pregação evangélica, da ação sacramental, do ministério ordenado e dos ministérios-carismas de todo o povo sacerdotal”, o que agora é expressado na figura do poliedro. De fato, a eclesiologia do Vaticano II considerava desde sempre o que foi explicitado agora como ministérios de forma não hierárquica, mas complementar.

O papa Francisco propõe a imagem do poliedro como caminho de comunhão de diversidades (e a sinodalidade é o caminho para que isso aconteça!). Isso está bem expresso na EG, 226-230:

Unidade na diversidade. A uniformidade não é católica, não é cristã. A unidade na diversidade. A unidade católica é diversificada, mas é uma só. É curioso! O que faz a diversidade é igual àquilo que depois faz a unidade: o Espírito Santo. Ele realiza ambas: a unidade na diversidade! A unidade não é uniformidade, não consiste em fazer obrigatoriamente tudo juntos, nem pensar do mesmo modo e nem sequer perder a própria identidade. Unidade na diversidade é precisamente o contrário, é reconhecer e aceitar com alegria os

² FRANCISCO. Discurso do Papa Francisco aos membros da Renovação no Espírito Santo. Disponível em: <https://www.vatican.va>. Acesso em: 29 set. 2023.

diversificados dons que o Espírito Santo concede a cada uma e coloca-os ao serviço de todos na Igreja.

Cumprir a contínua reforma da Igreja no que é possível ser reformado, traduz a expressão *Ecclesia semper reformanda*, isto é, a Igreja sempre evoluindo com o tempo histórico, sem perder a sua identidade e essência, sua doutrina fundamental. O movimento e a compreensão de Francisco para os ministérios vêm sendo realizados através dessa necessidade de evolução da compreensão da Igreja e de quem somos como Corpo de Cristo (sinal do Reino de Deus na história), composto por inúmeras faces que se intervenculam em torno da pessoa de Jesus.

Ora, o que faz Francisco é unicamente retomar e concretizar os movimentos anteriores a ele, tal como a agenda do Concílio Vaticano II, que esboçou e não aprofundou a imagem de uma Igreja estratificada e orgânica (LG, 11), em que todos os membros eclesiais têm a mesma dignidade e a mesma vocação para servir à construção do Corpo de Cristo. Além disso, o papa concretiza o movimento do laicato do padre Congar (que falava de uma “laicologia”), bem como o que foi expresso pelo Sínodo dos Bispos de 1987: “Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo”.

Conclusão

Finalmente, a evolução da compreensão sobre a ministerialidade da Igreja é essencial para sua sobrevivência como *comum-unidade* do Povo de Deus, que caminha na história e quer contribuir para ela. E a diversidade dos membros eclesiais (ministérios) é o caminho de diálogo interno e com o mundo. Somos Povo de Deus diverso que caminha na história e colaboramos com nossa práxis para a emergência dos sinais do Reino de Deus nela. Não há transformação que venha de uma única práxis (ordenada, leiga, religiosa). Uma única forma desperta os “episcopalismos”, “clericalismos”, “religiosismos” e “laicismos”! É na complementação das diversidades que superamos os autoritarismos e possibilitamos um encontro com as diversidades da história. Este é o nosso desafio para

continuarmos dialogando entre nós e como o mundo! Se o poder de Deus se encontra em sua capacidade de amar, o nosso encontra-se na capacidade de nos relacionarmos à luz de sua dinâmica amorosa, o que permite continuamente o diálogo entre iguais. Sigamos buscando continuamente esse caminho!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Modelos eclesiológicos e ministérios eclesiais. *REB*, Petrópolis, v. 48, n. 190, jun. 1988, p. 310-352.

CONGAR, Y. *Ministeri e comunione ecclesiale*. Bologna: EDB, 1973.

CONGAR, Y. A recepção como realidade eclesiológica. In: *Igreja e Papado*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LIBANIO, J. B. Lumen Gentium: mina inesgotável. *Revista Vida Pastoral*. São Paulo: Paulinas, n. 236, jan./fev. 2004, p. 3-8.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2013). Disponível em: <
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html >. Acesso em: 29 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. *Comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos* (2015). Disponível em: <
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html >. Acesso em: 29 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. *Discurso do papa Francisco aos membros da Renovação no Espírito Santo* (2015). Disponível em: <
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150703_movimento-rinnovamento-spirito.html#:~:text=O%20rio%20deve%20perder%2Dse%20no%20oceano.,Deus%20e%20vai%20para%20Deus.> >. Acesso em: 29 set. 2023.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Christus Vivit* (2019). Disponível em: <
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20190325_christus-vivit.html>. Acesso em: 29 set. 2023.

MARTINEZ, S. *Poliedro, a figura modelo de Francisco*. Disponível em: <https://arquidiocessalvador.org.br/poliedro-a-figura-modelo-de-francisco>. Acesso em: 29 set. 2023.

PAULO VI. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Publicada em 21 de novembro de 1964. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em: 29 set. 2023.

PEREIRA, A.; SOUZA, N. O papa Francisco e a questão dos ministérios eclesiais: da pirâmide (invertida) a imagem do poliedro. *Revista Encontros Teológicos*, v. 38, n. 1, jan./abr. 2023, p. 225-248.

SCHIMIDT, G. *A pirâmide invertida: a hierarquia na base*. Disponível em: www.vatican.va/pt/vatican/news/2021-02/. Acesso em: 20 set. 2023.

VIDAL, M. *À quoi sert l'Église ?* Paris: Bayard, 2008.